

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-PB: CÂMARA TÉCNICA PLANO DE BACIAS
Ata da 115ª Reunião Ordinária da CT-PB – 24/03/2026 – 9h00
Reunião por videoconferência – Google Meet

Membros presentes	
Entidade	Representante
ABCON	Luiz Pannutti Carra (T)
AEEAV	Maria Amélia Devitte Ferreira D'Azevedo Leite (T)
AEAP	Maurício Magossi (T)
AESabesp	Luciana Rocha Frazão (T)
ANA	Gonzalo Álvaro Vázquez (T)
ASSEMAE	Gustavo Arthur Mechlin Prado (S)
	Rodrigo Cesar de Moraes Monteiro (S)
CATI	Sebastião Vainer Bosquilia (T)
CODEN	Jaqueline Carraro Socci (T)
Consórcio PCJ	Flávio Forti Stenico (T)
DAE Jundiaí	Maria das Graças Martini (T)
IGAM	Rosângela Pereira dos Santos (T)
IPSA-C	Raquel Eliana Metzner (T)
	Renato Rossetto (S)
P.M de Campinas	Eliana Von Atzingen Bueno Morello (S)
	Tarciani Benedita Baia Santos (S)
P.M de Campo Limpo Paulista	Silvia Rocha (T)
P.M de Holambra	Petrus Bartholomeus Weel (T)
P.M de Indaiatuba	Karoline Monaro (S)
P.M de Jundiaí	Guilherme Theodoro N. P. de Lima (T)
P.M de Limeira	Flavia Maise Pizani Peruzza (T)
P.M de Louveira	Alan Del Rosso (S)
SAA	Sebastião Vainer Bosquilia (T)
SAAE Salto	Sara Corrêa Appendino (S)
	Silvia Telles (S)
SAAEJA	Silvana Turolla Broleze (T)
SABESP	Aurildo Xavier dos Santos (S)
SANASA	Gustavo Arthur Mechlin Prado (T)
	Eliana Von Atzingen Bueno Morello (S)
	Rodrigo Cesar de Moraes Monteiro (S)
	Tarciani Benedita Baia Santos (S)
SANEBAVI	Mara Letelian Leite Reis (S)
SEMAE	João Carlos Marconatto (T)
	Natassia Bonini Vidas (S)
SEMIL	Laura Stela Naliato Perez (S)
SORIDEMA	Raquel Eliana Metzner (T)
SP Águas	Felipe Gobet de Aguiar (S)
UNICA	André Elia Neto (T)

Bartira Elia (S)

Membros ausentes
Entidade
CETESB
P.M. de Várzea Paulista

Demais presentes	
Entidade	Representante
Agência das Bacias PCJ	Camila Souza
	Carolina Silva
	Danilo Costa
	Eduardo Léo
	Juliana Gonçalves
	Kaique Barretto
	Katia Cezarino
	Laice Correia
	Lucecia Soares
	Mariela Arrizato
	Nathalia Corá
	Rosa Cardoso
	Tainá Moura
SEMAE Piracicaba (JVPCJ)	Leonardo Takuno
USP	Gabriela Canidé

(T) – Titular (S) – Suplente (R) – Representante

Aos vinte e quatro dias do mês de março de 2026, realizou-se por videoconferência na plataforma do *Google Meet*, a 115ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica do Plano de Bacias (CT-PB) dos Comitês PCJ.

1. Pauta: A pauta e a convocação da reunião foram enviadas aos presentes por meio de mensagem eletrônica, em 17 de março de 2026. **2. Abertura da 115ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica do Plano de Bacias:** A abertura da reunião foi realizada pela Sra. Raquel Eliana Metzner, representante do Instituto de Proteção Socioambiental da Bacia do Rio Corumbataí (IPSA-C) e da Sociedade Rioclarense de Defesa do Meio Ambiente (Soridema) e coordenadora da CT-PB, que agradeceu a presença de todos e informou aos presentes a existência de quórum para o início da reunião. Após a abertura, a Sra. Raquel prosseguiu com os itens de pauta. **3. Informes:** Na sequência, a Sra. Raquel passou para os informes: **3.1. da Coordenação:** não houve informes.

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-PB: CÂMARA TÉCNICA PLANO DE BACIAS

Ata da 115ª Reunião Ordinária da CT-PB – 24/03/2026 – 9h00

Reunião por videoconferência – Google Meet

3.2. dos Membros: A Sra. Raquel questionou os membros sobre os informes, mas não houve solicitações.

3.3. da Coordenação de Sistemas de Informações da Agência PCJ: **a)** O Sr. Eduardo Léo, Coordenador de Sistemas de Informações (CSI) da Fundação Agência das Bacias PCJ, informou que houve oscilações no processo de elaboração dos Relatórios de Situação nos últimos anos. Destacou que ainda são aguardados dados referentes ao relatório de 2024 e que persistem pendências sobre o de 2025. Recordou que tais documentos foram aprovados com a condicionante de que retornassem à CT-PB para atualização assim que os dados fossem encaminhados pela Diretoria de Recursos Hídricos (DRHi). Nesse sentido, relatou que essas devolutivas ainda não foram recebidas. Diante desse cenário, informou que, em reunião com a DRHi, houve a orientação para que a busca de dados fosse realizada de forma descentralizada, alterando o padrão usual de centralização pela DRHi. Esclareceu que, embora a orientação seja recente, a equipe da CSI iniciará a prospecção direta dos dados para organizá-los nas planilhas da DRHi, mantendo o padrão adotado anteriormente. Diante disso, o Sr. Eduardo Léo pretende viabilizar o encerramento do Relatório de Situação 2024 e avançar na conclusão do relatório de 2025. Ressaltou que, assim que os produtos forem consolidados, retornará à CT-PB para apresentar informações adicionais e os ajustes metodológicos realizados. Por fim, afirmou que a equipe buscará soluções para as pendências acumuladas e que eventuais dificuldades no processo serão devidamente comunicadas à CT-PB, em conformidade com as deliberações vigentes; **b)** O Sr. Eduardo Léo informou sobre a capacitação a ser realizada no âmbito do Grupo de Trabalho de Acompanhamento (GT-Acompanhamento). Esclareceu que a atividade integra as metas do contrato de gestão firmado entre a Fundação Agência das Bacias PCJ e a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), sendo necessária a participação mínima de dez membros do GT para o cumprimento da meta. A capacitação ocorrerá no dia 24 de abril, no período da manhã, por videoconferência. Ressaltou a importância da presença dos membros do GT para o atendimento das metas contratuais e esclareceu que, embora a atividade seja aberta aos demais membros da CT-PB, o convite

será direcionado prioritariamente aos componentes do GT. O evento contará com apresentações da Sra. Ana Paula Montenegro Generino, representante da ANA, e da Sra. Júlia Nunes, do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM), que compartilhará experiências práticas sobre o enquadramento de corpos d'água em Minas Gerais. Enfatizou que o conteúdo será fundamental para as discussões previstas para o ano de 2026 e contará com especialistas qualificados. Por fim, informou que não haverá emissão de certificados, sendo o registro de presença suficiente para fins de comprovação junto à ANA; **C)** Na sequência, o Sr. Eduardo Léo comentou sobre o andamento da revisão do Plano de Bacias, comunicando que o Termo de Referência (TR) foi concluído conforme apresentado anteriormente à CT-PB. Informou que o processo está na fase final de pesquisa de mercado e já foi devidamente instruído internamente. Manifestou a expectativa de que o edital seja publicado até a próxima reunião da CT-PB, dando início à fase pública da licitação. Segundo o cronograma planejado, a previsão é que a contratação e a seleção ocorram no início do segundo semestre de 2026. Nesse sentido, o Sr. Guilherme Theodoro de Lima, representante da Prefeitura Municipal de Jundiá (P.M de Jundiá) relatou que, em reunião com o GAEMA de Campinas, reforçou junto ao Dr. Rodrigo Garcia a necessidade de obter dados das empresas de saneamento para subsidiar o Relatório de Situação. Informou que o Ministério Público manifestou disponibilidade para apoiar o acionamento dessas informações, caso necessário. O Sr. Eduardo Léo agradeceu a contribuição e esclareceu que a elaboração do Relatório segue as normativas do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CRH). Ressaltou que, embora acionamentos institucionais possam ser realizados futuramente, a estratégia atual de busca direta de dados deve ser suficiente para sanar as pendências. Por fim, o Sr. Eduardo Léo questionou sobre os procedimentos para a inclusão de novos membros no GT-Acompanhamento, dada a recente recomposição da CT-PB, e reforçou o convite para participação no grupo. Nesse sentido, a Sra. Tainá Lima de Moura, da equipe de apoio da Secretaria Executiva (SE/PCJ) esclareceu que os GTs foram recompostos em julho de 2025 e orientou que os interessados solicitem a inclusão via e-mail à SE/PCJ.

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-PB: CÂMARA TÉCNICA PLANO DE BACIAS

Ata da 115ª Reunião Ordinária da CT-PB – 24/03/2026 – 9h00

Reunião por videoconferência – Google Meet

3.4. da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ: A Sra. Nathalia Teles da Silva Corá, da equipe de apoio da SE/PCJ iniciou os informes: **a) Alteração dos representantes dos membros:** Informou que entre a última reunião da CT-PB e essa, a SE/PCJ recebeu a solicitação de alteração dos representantes das seguintes entidades: **i. Diretoria de Assistência Técnica Integral (CATI) e Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA):** inclusão do Sr. Sebastião Vainer Bosquilia para representante titular em substituição ao Sr. Henrique Bellinaso e a inclusão do Srs. Henrique Bellinaso, Marcos Jonatan Amici Jorge e Tiago José Cavalheiro para representantes suplentes. E a remoção na CATI dos Srs. Angelo César Bosqueiro e Tatiana Marsola Piovezani e na SAA os Srs. Angelo César Bosqueiro, Mauricio Pressinotto e Antônio Lopes Júnior; **ii. Consórcio PCJ:** inclusão do Sr. Sr. Flávio Forti Stenico para representante titular em substituição à Sra. Mariane Alves de Godoy Leme e os Srs. Francisco Carlos Castro Lahóz, Rafael Antonio Alves Leite, Bianca Caroline Alves Leite, Mariane Alves de Godoy Leme e Aguinaldo Brito Jr. como representantes suplentes; **iii. IPSA-C:** inclusão do Sr. Renato Rossetto para representante suplente. Como trata-se de alterações de entidades que já fazem parte da CT-PB, é passado aos membros como informe, apenas para ciência; **b) Capacitação dos membros dos Comitês PCJ:** Destacou a demanda de incentivar os membros das Câmaras Técnicas a capacitarem-se, visando o aperfeiçoamento das discussões dos Comitês PCJ e em atendimento aos critérios da [Deliberação CRH nº 248](#), de 18/02/21, que aprovou a metodologia de distribuição dos recursos financeiros do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO) oriundos da Compensação Financeira pelo Uso de Recursos Hídricos para fins de Geração de Energia Elétrica (CFURH). A principal orientação é que sejam cursos na temática de meio ambiente e recursos hídricos, com realização a partir do ano de 2026. Foram citados como exemplo os cursos do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo ([Capacita-SigRH](#)), também sendo aceitos certificados de cursos de especialização ou outros cursos de capacitação técnica. Destacou ainda, o portal de Capacitação da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), que

tem seu catálogo de cursos incorporado a [plataforma](#) da Escola Virtual de Governo (EV.G). Complementarmente, orientou que os certificados de cursos devem ser enviados para o [e-mail](#) da Secretaria Executiva; **c) Próximas reuniões dos Comitês PCJ:** informou sobre a próxima reunião no âmbito dos Comitês PCJ, a qual a participação não é obrigatória para os que não forem membros, ficando o convite aberto aos que queiram participar como ouvintes, sendo: 35ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ (CBHPCJ, PCJ FEDERAL e CBH-PJ1), no dia 31/03/26, às 9h00, por videoconferência, com transmissão pelo canal da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ no [YouTube](#). Mais informações podem ser obtidas na [agenda](#) do site dos Comitês PCJ. **4. Aprovação das minutas de Atas das reuniões anteriores:** A Sra. Raquel informou que as minutas das atas da 15ª Reunião Extraordinária Conjunta da CT-PL e CT-PB, realizada em 07/11/2025, por videoconferência, e a 114ª Reunião Ordinária da CT-PB, realizada em 10/02/2026, presencial, em Jaguariúna/SP, foram enviadas aos membros junto da convocação, dentro do prazo regimental. Questionou a necessidade de leitura, sendo dispensada por todos. Abriu espaço para manifestações sobre o conteúdo da minuta. Não havendo manifestações, submeteu aos membros para aprovação, sendo aprovada por unanimidade. **5. “Manual Operativo do Plano - casos práticos” (Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA):** O Sr. Gonzalo Vazquez, representante da ANA, ministrou apresentação sobre o Manual Operativo do Plano (MOP), utilizando como estudo de caso a metodologia aplicada no Plano Integrado de Recursos Hídricos do Rio Paranapanema (Pirh Paranapanema). Esclareceu que o MOP é uma ferramenta de caráter administrativo e operacional destinada a acompanhar e orientar a execução das ações, não se confundindo com os instrumentos de planejamento (Plano de Recursos Hídricos e Plano de Ações e Investimentos), que são os responsáveis por definir metas, orçamentos e cronogramas. O Sr. Gonzalo destacou que a metodologia ideal prevê o estabelecimento de metas ainda na fase de planejamento. No entanto, ressaltou que, para as Bacias PCJ, foi realizada uma adaptação metodológica: as metas foram definidas posteriormente para permitir a comparação

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-PB: CÂMARA TÉCNICA PLANO DE BACIAS

Ata da 115ª Reunião Ordinária da CT-PB – 24/03/2026 – 9h00

Reunião por videoconferência – Google Meet

com os resultados observados e a atribuição de classificações de execução. Enfatizou que o processo segue um ciclo contínuo de planejamento, execução, monitoramento, avaliação e correção, e que a avaliação possui caráter construtivo e não punitivo, visando identificar gargalos e subsidiar melhorias. Quanto à metodologia de avaliação, o Sr. Gonzalo detalhou que o processo possui abordagem quali-quantitativa, baseada em indicadores de desempenho organizados em três etapas: avaliação das ações, avaliação global do plano e elaboração de relatórios. Explicou que os indicadores foram padronizados em cinco níveis (de 0 a 1), onde: 0 representa a ausência de execução; 1 representa a ação concluída; Níveis intermediários correspondem a marcos como elaboração de Termo de Referência (TR), contratação e desenvolvimento. Essa padronização visa evitar distorções entre ações de diferentes complexidades. Como exemplo prático, apresentou a evolução da ação de cobrança no Plano do Paranapanema, demonstrando como a vinculação de metas a prazos anuais permite comparar o avanço previsto com o realizado. Informou, ainda, que a avaliação global do plano é obtida pela média ponderada das ações, resultando em curvas de avanço que facilitam a visualização do desempenho ao longo do tempo. Os critérios de classificação indicam se a ação está no prazo, em atraso, não iniciada ou não executada. Por fim, o Sr. Gonzalo reforçou que os resultados devem ser consolidados em relatórios de implementação contendo análises críticas e recomendações, servindo como guia para a tomada de decisão e ajustes na execução, bem como o aprimoramento das ações. Após a apresentação, o Sr. Eduardo Léo elogiou a clareza do tema e ressaltou que o assunto deverá ser aprofundado no encerramento do contrato do plano. Questionou se, na experiência apresentada, existem métodos estruturados para a definição de prioridades, dada a complexidade de gerir um grande volume de ações com recursos financeiros e os responsáveis pela execução. O Sr. Gonzalo Vázquez esclareceu que a priorização é estabelecida na elaboração cronograma do Plano de Ações, onde o que é definido para execução imediata torna-se, por natureza, prioridade. Ressaltou que o MOP não redefine essas prioridades, mas funciona como um instrumento administrativo para acompanhar o que foi pactuado nas

instâncias participativas. Citou, como exemplo, casos em que a viabilidade técnica ou operacional (como a antecipação da cobrança em relação ao enquadramento) pode ajustar a ordem de execução sem alterar a lógica central do plano. Após a apresentação, os Srs. Eduardo Léo, Gonzalo Vázquez, Petrus Bartholomeus Weel, representante da Prefeitura de Holambra (P.M de Holambra), e a Sra. Maria Amélia Devitte Ferreira D’Azevedo Leite, representante da Associação de Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos de Valinhos (AEAAV) discutiram sobre o tema, abordando o monitoramento de planos anteriores e a interpretação dos dados para a tomada de decisão. Nesse sentido, o Sr. Eduardo Léo informou que a equipe técnica já realiza um acompanhamento sistemático, com foco no setor de saneamento, e que a próxima revisão do plano trará uma análise crítica das ações passadas para aperfeiçoar os mecanismos de priorização. Complementando, o Sr. Gonzalo detalhou a hierarquia dos instrumentos, sendo: **i.** Plano de Recursos Hídricos: Estratégico e de longo prazo (20 anos); **ii.** MOP: Tático e de médio prazo (ciclos de 5 anos), focado na implementação; **iii.** Plano de Aplicação Plurianual (PAP): Administrativo, voltado à execução financeira das metas do MOP. Nesse sentido, apresentou a estrutura do MOP por meio de relatórios e painéis em Power BI (exemplificando com a Bacia do Paranapanema), que permitem a visualização em tempo real de cronogramas, investimentos por instituição e status de execução. Enfatizou que o ponto de partida para qualquer avaliação é o estabelecimento de metas claras no Plano de Ações. Por fim, diferenciou dois conceitos essenciais: avaliação de desempenho (verifica se as ações estão sendo executadas no prazo) e avaliação de impacto (analisa os resultados reais e os efeitos de longo prazo obtidos na bacia. Reforçou que a publicidade e a objetividade dos relatórios são fundamentais para que o Comitê e a sociedade acompanhem o progresso da gestão. Concluindo, ressaltou que a avaliação é um instrumento importante para o aprimoramento da gestão, sendo um processo contínuo que permite o acompanhamento ao longo do tempo, especialmente no contexto de organizações, em que os efeitos das ações podem ocorrer no longo prazo. Por fim, a Sra. Raquel agradeceu a apresentação e deu sequência no próximo item de pauta. **6. Outros assuntos:** A Sra. Raquel

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-PB: CÂMARA TÉCNICA PLANO DE BACIAS
Ata da 115ª Reunião Ordinária da CT-PB – 24/03/2026 – 9h00
Reunião por videoconferência – Google Meet

questionou aos membros sobre outros assuntos e não houve manifestações. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a debater, a Sra. Raquel Eliana Metzner, coordenadora da CT-PB, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião.

Raquel Eliana Metzner
Coordenadora da CT-PB

Gustavo Arthur Mechlin Prado
Coordenador-adjunto da CT-PB